

Política

AGENDA

27 JAN 1988

Os votos começam a ser contados hoje, das 14 às 18 horas

por Andrew Greenlees de Brasília

A Assembleia Nacional Constituinte inicia hoje a votação final da nova Carta, funcionando diariamente, de segunda a sexta-feira, das 14 às 18 horas, com prorrogação mínima de duas horas. As manhãs ficarão reservadas para as negociações entre os diversos blocos parlamentares. Sobre cada tema serão dois constituintes a favor e dois contra, e a votação será feita pelo painel eletrônico.

Essas decisões foram tomadas ontem, numa reunião entre o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e cerca de 30 líderes partidários e representantes dos blocos, como o "Centrão" e "Grupo dos 32".

Ulysses disse acreditar que a nova Constituição estará concluída dentro de oito semanas e informou que a possível inversão da pauta — com a definição do mandato do presidente José Sarney logo no início dos trabalhos — ficou de fora das discussões de ontem. Apesar de não haver consenso entre os constituintes sobre essa tese, existe a possibilidade de algum parlamentar levá-la hoje. O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), por exemplo, disse ontem que ainda pretende discutir

a inversão em plenário. Caso o cronograma seja seguido, os parlamentares votarão hoje o preâmbulo e o título I (dos princípios fundamentais) da nova Carta. A questão mais polêmica neste primeiro dia deverá ser a da participação popular direta nas decisões políticas nacionais. A esquerda quer incluir esse princípio no preâmbulo, afirmando que "a soberania reside no povo, que a exerce diretamente ou por representantes eleitos". O objetivo é reafirmar essa definição no título I, enquanto o "Centrão" prefere afirmar que "todo poder emana do povo e em seu nome é exercido".

Ainda no preâmbulo, o deputado José Genoíno (PT-SP) planeja incluir a "orientação sexual" entre as características pessoais que deverão estar livres de discriminação, além de raça, cor, sexo, procedência, religião ou qualquer outra.

Outro tema que promete gerar discussão é a proposta da deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que defende o rompimento de relações diplomáticas com países que mantenham políticas oficiais de segregação racial. A proposta original da deputada previa também o rompimento de relações comerciais, mas, para torná-la mais aceitável no plenário, Benedita da Silva concordou em restringi-la à esfera diplomática.

Fogaça prevê aprovação do texto dia 15 de abril

por Flávio Porteiro de Porto Alegre

O senador José Fogaça (PMDB-RS), um dos auxiliares do relator Bernardo Cabral no trabalho de elaboração do texto constitucional que começa a ser votado hoje em Brasília, disse ontem em Porto Alegre que "se não houver obstrução, nem desobstrução artificial", até o dia 15 de abril a nova Constituição brasileira estará aprovada. "Com isso", acrescentou, "a ideia do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, de promulgar a nova Carta no dia 21 de abril, se concretizará."

Fogaça afirmou que, "teoricamente", o grupo suprapartidário conhecido como "Centrão" poderá impor sua vontade na Constituinte, "desde que consiga um mínimo de 200 votos para suas proposições". "Mas na prática", diz ele, "manter a unidade do 'Centrão' me parece tarefa difícil." E continuou: "Corro o risco de engolir a língua mais uma vez, pois por duas ocasiões já subestimei a força do 'Centrão' e

eles acabaram provando que tinham maioria. Mas desta vez acredito que será mais difícil manter a unidade. Os pontos de divergência são mais agudos que os pontos de convergência entre os integrantes do 'Centrão', e o próprio regramento que eles aprovaram é tão contraditório que, se seguido à risca, poderá inviabilizar a conclusão dos trabalhos da Constituinte".

O senador gaúcho não acredita que questões como o sistema de governo ou o mandato do presidente da República sejam priorizados na votação do texto constitucional. "pois se é para votar antes esses dois itens, os membros do 'Centrão' também haverão de querer priorizar aspectos como estabilidade no emprego, reforma agrária, e outros pontos sobre os quais não há harmonia entre eles. Para evitar que as divergências quebrem a maioria do grupo, o 'Centrão' deverá respeitar a ordem estabelecida, mantendo a votação do mandato e do sistema de governo previstos no texto atual", avalia Fogaça.

Restrição às viagens

Para acelerar os trabalhos constitucionais, o deputado Adylson Mota (PDS-RS) sugeriu ao presidente Ulysses Guimarães, na sessão de ontem da Constituinte, as seguintes medidas: reuniões aos sábados, domingos e feriados; proibir as viagens de deputados em missão ao exterior; restringir as viagens de cortesia do presidente da República ao exterior, para evitar o afastamento do presidente da Constituinte; e publicar, no Diário da Constituinte, a

relação dos faltosos a cada sessão.

Justificando suas sugestões, Motta argumentou que a Constituição é o assunto mais importante a ser tratado hoje no País.

Quanto ao primeiro ponto, disse que as reuniões deveriam ser feitas de manhã e à tarde, se preciso. Em relação ao segundo, explicou que, mesmo que a missão envolva algum assunto importante, a prioridade tem de ser para os problemas nacionais.